



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA**

Nº 2581

PROCESSO

Nº 194/2016

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, a Lei Estadual 13.542, de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental Prévia**, com base no Parecer Técnico nº 383/17/IE para:

**IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR**

RAZÃO SOCIAL: CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S/A - INTERVIAS  
CNPJ: 03.207.703/0001-83

LOGRADOURO: RODOVIA ANHANGUERA – SP-330, KM 168, PISTA SUL

BAIRRO: PARQUE INDUSTRIAL

MUNICÍPIO: ARARAS

CEP: 13.600-970

**IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

NOME: DUPLICAÇÃO DA RODOVIA WILSON FINARDI – SP-191 ENTRE OS KM 49+700 E KM 74+720

LOGRADOURO: RODOVIA WILSON FINARDI – SP-191 ENTRE OS KM 49+700 E KM 74+720

MUNICÍPIOS: ARARAS E RIO CLARO

**CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

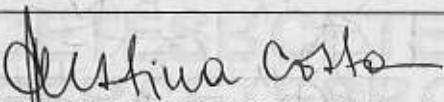
Duplicação da Rodovia Wilson Finardi (SP-191) do km 49+700 ao km 74+720.

**OBSERVAÇÕES**

- A presente Licença Ambiental Prévia aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação.
- Previamente à implantação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Instalação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Instalação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental Prévia não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra a presente Licença 01 anexo.
- O prazo de validade desta Licença Ambiental Prévia é de 05 anos, a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Data : 02 /10/2017

  
ANA CRISTINA PASINI DA COSTA (Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental)





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**ANEXO**

Folha 01/07

PROCESSO  
Nº 194/2016

**O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N° 2581**

O empreendedor deverá apresentar, para análise e aprovação da CETESB, o atendimento às seguintes exigências:

**Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Instalação – LI**

1. Apresentar o objeto da solicitação do licenciamento e caracterizar as intervenções propostas conforme disposto no Manual para Elaboração e Estudos para o Licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental aprovado pela Decisão de Diretoria nº 217/2014/I, de 06/08/2014.
2. Incluir no detalhamento do Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental as diretrizes descritas no item 5.1 do Parecer Técnico nº 383/17/IE. O detalhamento do Programa deverá considerar as diretrizes da Deliberação dos Comitês PCJ nº 204/2014 de 08/08/2014.
3. Apresentar o detalhamento do Programa de Controle Ambiental de Obras - PCAO, do Programa de Conservação da Fauna e Flora, do Programa de Monitoramento de Atropelamento da Fauna e do Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental, e respectivos Subprogramas contemplando tanto as diretrizes do Parecer Técnico nº 383/17/IE quanto as propostas pelo empreendedor, as medidas e procedimentos a serem adotados para a supervisão e gestão ambiental das obras; monitoramento ambiental; controle da supressão vegetal; monitoramento arqueológico; monitoramento da qualidade da água; mitigação de incômodos à população; controle do tráfego; sinalização das vias de circulação locais; treinamento ambiental dos trabalhadores; gerenciamento das áreas de apoio; recuperação de todas as áreas afetadas pelas obras; e equipe técnica responsável.
4. Apresentar o detalhamento do Subprograma de Monitoramento e Controle de Erosão e Assoreamento no âmbito do Programa de Controle Ambiental das Obras, propondo de forma detalhada, em nível executivo as medidas e ações a serem adotadas para o controle de erosão, assoreamento, recalques e estabilidade dos taludes, incluindo as diretrizes expressas no item 5.2 do Parecer Técnico nº 383/17/IE. Deverá ser previsto o uso de barreiras físicas fixas e flutuantes nos cursos d'água onde é realizada captação para abastecimento público e seus principais afluentes a serem afetados pelas obras. Ainda neste Subprograma e de acordo com as diretrizes do supracitado Parecer, deverá ser apresentado o mapeamento, o georreferenciamento e o registro das condições atuais dos pontos críticos sujeitos ao assoreamento.
5. Apresentar o croqui do sistema de drenagem provisório e de aproveitamento e/ou recuperação da água pluvial durante as obras, projeto executivo do empreendimento e projeto de drenagem definitiva, acompanhados de memorial descritivo detalhado do empreendimento, contemplando a extensão e forma de execução dos trechos e das OAE e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do responsável. Os projetos de drenagem definitiva deverão contemplar propostas de implantação de dispositivos permanentes de disciplinamento, redução de velocidade e contenção de água pluvial da rodovia com destino às propriedades lindeiras e cursos d'água natural conforme diretrizes do item 5.2 do Parecer Técnico nº 383/17/IE. Os projetos deverão ser apresentados também em arquivo em formato ".kmz" contendo layer/camada do estaqueamento e do marco quilométrico da Rodovia.
6. Apresentar, visando a organização e compilação das informações ambientais relacionadas com o licenciamento em curso, os arquivos cartográficos georreferenciados e as tabelas síntese do licenciamento (caracterização do empreendimento e indicadores de impacto ambiental). Para o

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**ANEXO**

Folha 02/07

PROCESSO  
Nº 194/2016

**O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 2581**

- preenchimento das tabelas, verificar as instruções indicadas na página <http://licenciamentoambiental.cetesb.sp.gov.br/tabelas/> e para apresentação dos arquivos cartográficos georreferenciados, acessar <http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/cetesb/documentos/Manual-DD-217-14.pdf>.
7. Apresentar no âmbito do Programa de Controle Ambiental de Obras, um Subprograma de Controle da Poluição contemplando entre outras, as diretrizes expostas no item 5.3 do Parecer Técnico nº 383/17/IETR.
  8. Apresentar, em foto aérea ou imagem de satélite (escala 1:10.000 ou maior), a localização das áreas de apoio (canteiro de obras, áreas de empréstimo, depósitos de material excedente, etc) previstas para as obras, incluindo o "layout" do canteiro com indicação das instalações previstas. Informar sobre as usinas contratadas para a execução dos serviços, as quais deverão estar devidamente licenciadas. Informar sobre o balanço de massa atualizado para terraplenagem e sobre a produção de insumos industriais. Para as áreas de apoio situadas fora de faixa de domínio, priorizar as que se enquadrem na Resolução SMA nº 30/00, efetuando o cadastramento previamente à sua utilização junto ao Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos – IE.
  9. Apresentar, no âmbito do Subprograma de Proteção dos Recursos Hídricos e Qualidade de Água, propostas de medidas de minimização de interferências nas nascentes interceptadas pelo empreendimento.
  10. Apresentar mapeamento, baseado em dados de piezométricos e de sondagem, de potenciais pontos de interferência do empreendimento, tais como bombeamento, estaqueamento, etc., em aquíferos e/ou aquíclides a fim de caracterizar a interferência na água subterrânea.
  11. Apresentar mapeamento de estruturas ou poços d'água na área de influência direta do empreendimento e caso seja verificado que as obras implicarão em eventuais reflexos negativos nessas estruturas, deverão ser propostas medidas de mitigações e ressarcimentos.
  12. Apresentar, no âmbito de um Subprograma de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais, mapa georreferenciado com os pontos de amostragem (informar a coordenada geográfica e UTM no DATUM SIRGAS-2000, justificativa de escolha de cada ponto; frequência amostral compatível com o cronograma de obras para cada ponto; parâmetros a serem analisados; e métodos de coleta e preservação de amostras a serem utilizados. As amostragens deverão ser realizadas antes, durante e depois das obras em cada ponto. Os laudos analíticos dos parâmetros de qualidade da água deverão atender ao disposto na Resolução SMA 100/2013, e os resultados das campanhas de caracterização e monitoramento de qualidade da água deverão ser apresentados também em planilhas eletrônicas editáveis.
  13. Apresentar manifestação do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, com relação à isenção ou necessidade de outorga para instalação do empreendimento, de acordo com a Portaria nº 1630 de 30/05/17.
  14. Avaliar a classificação das áreas suspeitas de contaminação (AS), apresentar as características das intervenções das obras nessas áreas, e definir os pontos de amostragens de solo e água subterrânea e as metodologias a serem empregadas nestas ações e na interpretação dos resultados, de acordo com o item 5.5 do Parecer Técnico 383/17/IE.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Folha 03/07

**ANEXO**

**PROCESSO**  
**Nº 194/2016**

**O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N° 2581**

15. Apresentar, no âmbito de um Programa de Conservação da Fauna e Flora, o detalhamento do Subprograma de Controle de Supressão de Vegetação, conforme diretrizes do item 5.6 do Parecer Técnico nº 383/17/IE.
16. Obter a Autorização de Supressão de Vegetação e Intervenção em Área de Preservação Permanente – APP e o respectivo Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA junto ao Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos – IE/CETESB. Para emissão do TCRA, deverá ser apresentado, para análise e aprovação, projeto de restauração florestal relativo às compensações florestais determinadas em legislação, conforme diretrizes do item 5.6 do Parecer Técnico nº 383/17/IE.
17. Apresentar, no âmbito de um Programa de Conservação da Fauna e Flora, um Subprograma de Afugentamento e Resgate de Fauna contemplando a avaliação de cada área cuja vegetação será suprimida em relação à proximidade com outros fragmentos, priorizando o afugentamento em detrimento da captura; técnicas adequadas de afugentamento e resgate para cada grupo da fauna durante as atividades de supressão de vegetação e limpeza do terreno, incluindo abelhas; encaminhamento dos animais para assistência veterinária; veículo apropriado para o transporte de animais silvestres; e reintrodução ou envio para um Centro de Triagem; definição das instituições que receberão os animais e sua capacidade de atendimento, priorizando a possibilidade de reintrodução e equipe técnica responsável.
18. Apresentar no âmbito de um Programa de Conservação da Fauna e Flora, um Subprograma de Monitoramento de Atropelamentos de Fauna durante a implantação do empreendimento informando a metodologia a ser utilizada para coleta e análise dos dados. A ficha de registro de atropelamento da fauna silvestre deverá possuir, no mínimo, as seguintes informações: data, horário, coordenada geográfica, quilômetro, sentido, tipo do animal (mamífero, ave, réptil, anfíbio, doméstico, não identificado), espécie, registro fotográfico, descrição do animal, descrição da ocorrência, observação.
19. Apresentar, no âmbito de um Programa de Conservação da Fauna e Flora, um Subprograma de Monitoramento da Fauna Doméstica e Sinantrópica na Construção que inclua apoio à castração de cães e gatos; definição de instituições que receberão os animais domésticos vagantes e resgatados; cadastramento dos animais domésticos das famílias desapropriadas/ reassentadas; campanhas de conscientização sobre: posse responsável, abandono de animais, acidentes em obras e próximos às rodovias, riscos de equinos e bovinos soltos próximo às rodovias com a população do entorno e com os trabalhadores da obra. Deverá ser apresentada proposta específica para diminuição dos atropelamentos de animais domésticos no trecho entre o km 68 e o km 73 e proposta para diminuição das ocorrências com bovinos em todo o trecho, tais como cercamento de áreas rurais e instalação de passagens de gado de acordo com a avaliação da área.
20. Apresentar, no âmbito de um Programa de Conservação da Fauna e Flora, um Subprograma de Monitoramento da Ictiofauna, cujos pontos de amostragem sejam compatíveis com os pontos de monitoramento da qualidade da água do Subprograma de Proteção dos Recursos Hídricos e Qualidade da Água. Deverão ser definidas as áreas, espécies alvo, metodologias, esforço amostral, equipe responsável e cronograma da realização das campanhas.
21. Apresentar projeto de implantação de passagens de fauna nos 11 pontos propostos: km 52+600, km 53+450, km 53+650, km 54+700, km 56+800, km 57+850, km 62+450, km 65+000,

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Folha 04/07

**ANEXO**

**PROCESSO**  
**Nº 194/2016**

**O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 2581**

km 68+600, km 71+800 e km 73+700. Os projetos de passagem deverão ser acompanhados por projetos de implantação de cercas direcionadoras de fauna nas duas pistas por no mínimo 100 metros e se houver abertura também no canteiro central, conforme item 5.7 do Parecer Técnico 383/17/IE.

22. Apresentar Plano de Ataque das Obras, compatibilizando o cronograma de implantação da barreira new jersey após a implantação das passagens de fauna. Informar as etapas construtivas das passagens de fauna.
23. Comprovar a solicitação dos bloqueios de lavra junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.
24. Apresentar o detalhamento do Programa de Desapropriação e Reassentamento, conforme diretrizes do item 5.9 do Parecer Técnico nº383/17/IE, acompanhado dos cadastros individuais e eventuais laudos sociais das propriedades a serem afetadas pelo empreendimento; cadastro de eventual população residente não-proprietária; cadastro das atividades econômicas afetadas: número de empregos afetados e as respectivas propostas de medidas mitigadoras e compensatórias, tais como auxílio na relocação das atividades, pagamento pelas benfeitorias e lucros cessantes, entre outras; os acordos amigáveis firmados e as imissões na posse das propriedades desapropriadas. Também deverá ser apresentado um retratado ou mapa com a espacialização dos cadastros individuais de propriedade, incluindo as áreas remanescentes, acompanhado de tabela, que demonstre: o projeto do empreendimento, o perímetro das áreas a serem desapropriadas, a situação do processo da desapropriação (em negociação de acordo amigável, ajuizado, cadastrado ou a ser cadastrado), a situação da liberação (áreas liberadas com imissão na posse ou liberadas precariamente), o quantitativo da área a ser desapropriada, os respectivos proprietários, fotos, etc.
25. Apresentar cadastro de eventuais imóveis cujas edificações ou benfeitorias (açudes, reservatórios, sistemas de captação de água, etc.) poderão ser afetados por ruídos e vibrações decorrentes da circulação dos veículos de obra ou por sedimentos carreados pelo desencadeamento de processos de dinâmica superficial. Caso constatada a existência dessas situações expostas, também deverão ser apresentados os respectivos laudos cautelares.
26. Apresentar manifestação conclusiva do IPHAN quanto ao atendimento do Ofício nº 2132/2017 – GAB – IPHAN/SP.
27. Apresentar um Plano de Tráfego contemplando os trajetos utilizados para transporte de materiais, horário e restrições de circulação, sinalização e previsão de revisão dos veículos; desvios provisórios e/ou estreitamento de pistas e sua respectiva sinalização; previsão de manutenção e recuperação do sistema viário do entorno; e desvios dos caminhos de pedestres em condições adequadas de conforto e segurança.
28. Apresentar as tratativas realizadas junto às concessionárias responsáveis pelas infraestruturas afetadas pelas obras, de modo a não prejudicar a comunidade atendida, em caso de interferência no fornecimento.
29. Apresentar o detalhamento do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR e o Plano de Ação de Emergência – PAE para acidentes envolvendo produtos perigosos durante a fase de obras do empreendimento, conforme diretrizes dispostas no item 5.15 do Parecer Técnico nº 383/17/IE.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**ANEXO**

Folha 05/07

PROCESSO  
Nº 194/2016

**O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N° 2581**

30. Apresentar o mapeamento das captações de água em cursos d'água para abastecimento público no entorno do empreendimento, conforme diretrizes dispostas no item 5.15 do Parecer Técnico nº 383/17/IE.
31. Apresentar propostas de implantação de obras civis, equipamentos, sistemas de contenção de vazamentos ou outros dispositivos de proteção ambiental a serem instalados nas fases de obras e operação do empreendimento, que possam de alguma forma, em casos de acidentes, evitar a contaminação dos corpos d'água que abastecem as Represas João Ometto Sobrinho e Água Boa, Ribeirão Claro, Rio Corumbataí e seus tributários, conforme as diretrizes do item 5.15 do Parecer Técnico nº 383/17/IE.

**Durante a implantação do empreendimento**

32. Implantar os Programas Ambientais propostos durante o processo de Licenciamento Ambiental, contemplando as diretrizes do Parecer Técnico nº 383/17/IE e apresentar relatórios trimestrais de acompanhamento destes Programas, comprovando por meio de registros fotográficos datados a implementação das medidas previstas, os mecanismos de gestão adotados, as não conformidades verificadas em campo e as respectivas ações corretivas adotadas, a equipe técnica responsável, e avaliação da efetividade dos Programas.
33. Comprovar, no âmbito do 1º relatório de acompanhamento do Programa de Controle Ambiental de Obras - PCAO, por meio de relatório fotográfico datado, a implantação dos sistemas de drenagem provisória nas frentes de obras, especialmente junto dos corpos d'água e/ou talvegues. Contemplar medidas de proteção do solo, medidas de disciplinamento e dissipação de energia das águas e dispositivos estruturais de contenção de sedimentos, e registros fotográficos dos corpos d'água do entorno antes do início das obras e durante as intervenções previstas (a montante e jusante do empreendimento).
34. Informar, com antecedência mínima de 15 dias, o Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos e o Centro de Manejo de Fauna Silvestre – SMA/CBRN/DeFau sobre o início das atividades de supressão de vegetação.
35. Apresentar relatórios trimestrais de acompanhamento do Programa de Conservação da Fauna e da Flora e de seus respectivos Subprogramas, contemplando a descrição das atividades realizadas no período; registros fotográficos datados; mapeamento e georreferenciamento das áreas de intervenção; eventuais não conformidades e respectivas medidas corretivas adotadas; análise crítica dos resultados e; equipe técnica responsável.
36. Apresentar, antes do início da supressão de vegetação, as autorizações para manejo, translocação, captura e transporte da fauna, emitidas pelo Centro de Manejo de Fauna Silvestre – SMA/CBRN/DeFau conforme disposto na Resolução SMA 92/2014.
37. Apresentar relatórios trimestrais de acompanhamento do Programa de Conservação da Fauna e da Flora e de seus respectivos Subprogramas, contemplando: ações de afugentamento e relocação desenvolvidas contendo coordenadas geográficas, registros fotográficos e mapeamento das ocorrências, identificação dos animais resgatados e sua condição de saúde, tempo de permanência com os especialistas, destino proposto ou já

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Folha 06/07

**ANEXO**

**PROCESSO**  
**Nº 194/2016**

**O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 2581**

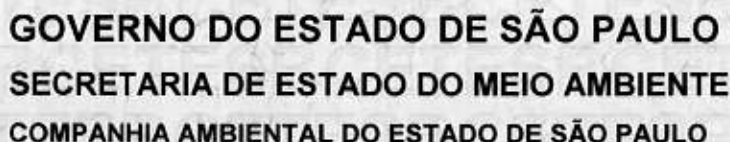
realizado, áreas identificadas e georreferenciadas para soltura e as respectivas medidas corretivas adotadas, etc; resultados do monitoramento do atropelamento de fauna, com indicação de espécies, mapeamento das ocorrências e coleta e destinação adequada dos animais encontrados; registros fotográficos das ações realizadas; análise crítica dos resultados e da efetividade das medidas mitigadoras implementadas incluindo a análise das passagens de fauna e cercamento implantadas; identificação e não conformidades e respectivas ações corretivas adotadas, etc.

38. Comprovar, nos relatórios quadrimestrais do Programa de Desapropriação e Reassentamento, no mínimo: as atividades desenvolvidas no período, a planta retrográfica atualizada, as eventuais reclamações, sugestões e solicitações registradas, as respectivas medidas adotadas, a avaliação de desempenho do programa, a equipe técnica responsável, o cronograma de atividades para o próximo período e os registros fotográficos.
39. Obter, antes das interrupções e desvios de tráfego temporários, as anuências dos órgãos municipais e das empresas responsáveis quanto aos desvios e interrupções necessários para as obras.
40. Informar, no âmbito dos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Comunicação Social, o andamento das relocações das infraestruturas a serem afetadas e as tratativas realizadas junto às concessionárias, compatibilizado com o cronograma de execução das obras e medidas de divulgação para a população sobre essas ocorrências.

**Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Operação – LO**

41. Apresentar relatório conclusivo do Programa de Controle Ambiental de Obras – PCAO, respectivos Subprogramas e dos demais Programas Ambientais propostos, ilustrado com fotos datadas, com o balanço das atividades realizadas e a análise da efetividade das medidas adotadas. Comprovar a recuperação de todas as áreas afetadas pelas obras, incluindo áreas dos canteiros de obras, áreas de empréstimo, acessos, etc., bem como a destinação adequada dos resíduos e efluentes gerados durante as obras.
42. Apresentar um Programa de Gestão Ambiental da Operação do empreendimento, contemplando: as ações relativas ao gerenciamento de resíduos, controle de ruído, comunicação social, manutenção e adequação das estruturas de drenagem, manutenção do projeto paisagístico e plantio compensatório, etc. Contemplar, no mínimo, a equipe alocada e as respectivas responsabilidades, os mecanismos de gestão, as formas de acompanhamento ambiental, incluindo uso de indicadores ambientais e avaliação das não conformidades, procedimentos de trabalho, e o cronograma de atividades.
43. Apresentar situação de atendimento ao Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA firmado junto à CETESB, informando em relatório a descrição das ações realizadas; o mapeamento e georreferenciamento das áreas de plantio; os resultados obtidos e sua avaliação; e o cronograma de atividades. Incluir o georreferenciamento dos plantios em fotos aéreas ou imagens de satélite e enviar os arquivos (extensão Geotiff ou compatível) e vetorial (extensão shp ou compatível), em UTM, Datum SIRGAS 2000.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



## ANEXO

N° 194/2016

44. Apresentar o detalhamento do Programa de Monitoramento de Atropelamentos de Fauna, contemplando: programas educativos da população, incluindo combate ao abandono de animais domésticos nas estradas ou áreas lindeiras e medidas para o controle de fauna doméstica; ações de treinamento da equipe de fiscalização das ocorrências; fichas das ocorrências na rodovia com a padronização e detalhamento dos dados; sinalização e redutores de velocidade; períodos e periodicidade dos levantamentos a serem realizados; listagem de ocorrências com identificação das espécies, coordenadas geográficas, registros fotográficos e mapeamento das ocorrências; interpretação e análise técnica dos resultados por profissional habilitado com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica; indicação dos pontos críticos e propostas de dispositivos para redução dos atropelamentos; previsão de coleta e destinação dos animais atropelados, monitoramento das passagens de fauna implantadas, etc.
45. Incluir no Plano de Ação Emergencial e Programa de Gerenciamento de Risco da malha rodoviária da Concessionária Intervias o trecho da Duplicação entre o km 49+700 e o km 74+720 da Rodovia SP-191, de acordo com o termo de referência constante na Decisão de Diretoria – DD nº 070 da CETESB de 12/04/16.

46. Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação, contemplando a implementação das ações propostas, adequações necessárias, resultados obtidos, demais atividades realizadas no período para melhoria ambiental, bem como propostas para o próximo período.
47. Apresentar relatórios anuais com os resultados e o andamento do Programa de Monitoramento e Controle de Atropelamento da Fauna, informando sobre atividades desenvolvidas, resultados obtidos e avaliação da efetividade do programa, incluindo a proposta de adoção de novas medidas mitigadoras, caso se façam necessárias.
48. Apresentar, no âmbito do primeiro relatório de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação, os resultados da 2.ª campanha de medição de níveis de ruído, em conformidade com o "Procedimento para Medição de Níveis de Ruído em Sistemas Lineares de Transportes" (Decisão de Diretoria CETESB n.º 100/2009/P de 19/05/09) e com a "Regulamentação de Níveis de Ruído em Sistemas Lineares de Transportes localizados no Estado de São Paulo" (Decisão de Diretoria CETESB n.º 389/2010/P de 24/12/10). Caso sejam verificados níveis acima do padrão preconizado, devem ser propostas e implantadas medidas mitigadoras de ruído.

XX

XX

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem